

Rebello de Sousa foi o mentor da ideia e José Miguel Júdice representa os Advogados

Filipa Ambrósio de Sousa

fsousa@economica.iol.pt

O advogado Pedro Rebello de Sousa, 'partner' da Simmons & Simmons Rebello de Sousa, acaba de dinamizar a criação do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), que tem já nas suas fileiras cerca de 140 personalidades nacionais. Entre elas José Miguel Júdice, bastonário da Ordem dos Advogados, Artur Santos Silva, Paulo Azevedo, Álvaro Barreto, Eduardo Catroga, Miguel Horta e Costa, Jorge Jardim Gonçalves, Diogo Lucena, Rui Vilar. Na direcção, Alves Monteiro toma conta da Presidência, e Fernando Adão da Fonseca, Luísa Antas, António Nogueira Leite e o mentor do projecto Pedro Rebello de Sousa preenchem o resto de elenco.

«Há um ano ocorreu-me esta ideia, quando fui convidado para fazer uma conferência no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, no Brasil», explica Pedro Rebello de Sousa, em entrevista ao DE. «Criámos uma firma da sociedade civil, onde debatemos questões, que podem até passar por propostas de alterações legislativas ou sugestões regulamentares». O objectivo do IPCG é assim «a discussão, divulgação e difusão junto de pessoas colectivas, nomeadamente empresas, e membros de órgãos sociais das mesmas, dos princípios de corporate governance, ou seja, das boas práticas de gestão e transparência na gestão de pessoas colectivas», define o advogado especialista na área de direito comercial.

«Só temos um advogado no corpo dos fundadores do Instituto, porque não quis ferir susceptibilidades. Então resolvi convidar o representante da classe, o bastonário José Miguel Júdice. Isso não significa que eu não saiba que há muitos advogados que saibam de 'governance'. E por isso escolhi o representante da classe e convidei os vários advogados a intervirem na discussão das matérias». Em contrapartida, no elenco escolhido para o IPGCI existe uma parte substancial dos gestores do nosso país e das entidades reguladoras dos mercados,



Pedro Rebello de Sousa lembra que só há um advogado no corpo dos fundadores do Instituto, porque não quiseram «ferir susceptibilidades».

Foi convidado o representante da classe, o bastonário José Miguel Júdice, mas isso «não significa que não se saiba que há muitos advogados em Portugal que percebem de 'governance'».

Foram convidados vários advogados a intervirem na discussão das matérias.»

e, bem assim, sociedades, especialmente as cotadas em bolsa.

Como iniciativa inaugural, o Presidente, Alves Monteiro, vai proceder à elaboração do Livro Branco, «que se pode definir como um levantamento sistemático e um estudo da situação do 'Corporate Governance' e um estudo comparativo dos outros mercados», explica Rebello de Sousa. O Livro Branco incorporará as melhores práticas reconhecidas internacionalmente, como as recolhidas, entre outras, no 'Sarbanes-Oxley Act' americano, no 'Hicks Report' inglês, no 'Informe Olivenza' e na 'Corporate Governance Policy' da 'National Association of Pension Funds'. O documento estará dividido em três grandes capítulos e incluirá um conjunto de sugestões de alterações ao Código das Sociedades Comerciais e ao Código dos Valores Mobiliários. As alterações sugeridas, se adoptadas, permitirão a criação de um quadro legal mais moderno e eficiente, essencial para que as empresas possam implementar as recomendações contidas no Livro Branco.

«Claro que depois também temos iniciativas de carácter didáctico e pedagógico que o Instituto também realiza. Não queremos copiar as iniciativas dos outros Institutos estrangeiros, mas quando a iniciativa fôr de louvar, não temos nenhum problema em segui-la. Assim como esperamos inspirar com as nossas iniciativas os Presidentes estrangeiros dos outros Institutos», conclui o advogado.

O IPCG pretende alcançar os seus objectivos mediante a promoção e realização de eventos como conferências, mesas redondas de discussão, publicações, estabelecimento de parcerias com congéneres estrangeiras, como sejam o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o European Corporate Governance Institute. Serão celebrados ainda «protocolos com a Simmons & Simmons Rebello de Sousa, com a Escola de Gestão do ISCTE e com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa», avança o 'partner' da Simmons & Simmons Rebello de Sousa.

Victor Machado



António e João

Filipa Ambrósio de Sousa
fsousa@economica.iol.pt

A sociedade de a tituída em 1996. serviços jurídico ampla experiênc bém relações de das sociedades Clifford Chance, White & Case. «E junto», admite A cidade. «Por vez ajuda e colabora ceu com a Norto como foi agora Clifford Chance

A Macedo Vit pela publicação 2004, pela sua ex to Bancário, Tel cou igualmente Societário e Dire pos de trabalho, de financiamen que preenchem téria de Fusões, Comerciais, que dos nossos clie cento da factura também sócio f «Mais de 85 por Europeia e dos l clientes são emj

Com cerca de Macedo Vitorino cações desde o i tes nesta área i operadores licer

«As socieda remptoriamente advogados portu tividade com as ro que a Gonçal cas que aí temos ur cios de pleno di

E isto numa : tante numa soc Macedo Vitorir como é o caso d caminho do cre

A área de co: senta clientes en nais trabalhand trabalho sempre nosso trabalho de 2001», explic por cento da ac

condições advogados

os e o Barclays
stocolo ao abrigo
dispõem de
is em produtos
adamente crédito

habitação, cartões de crédito, produtos financeiros, "premier banking" e crédito pessoal. O protocolo, válido por 12 meses, prevê um patrocínio de 25 mil euros em 2004 do Barclays à Ordem, para a promoção de produtos bancários do Barclays em publicações da Ordem, no seu "site" e em eventos.

com processos "encalhados"

Além da melhoria da actividade económica, espera-se que o Estado tome alguma atitude para acabar com a procuradoria ilícita e pôr fim ao patrocínio oficioso

iníquo. No que toca a honorários a advocacia atravessa um mau período. Há advogados a viver com muitas dificuldades. João Seivas, presidente do IAPI

ada três ganham 2.000 euros

a@mediainfin.pt

OS dos advogados 5% – declaram renda sua actividade 2.000 euros líquidos apenas 8,4% dos quais a auferir rendimentos superiores a 5.000 euros mensais, a maioria portuguesa assa de remuneração, rios. Os números um em cada cinco têm rendimentos que não chegam a e 22,4 ganham euros por mês. eros do "Inquérito ortugueses", um le- rovido pela Ordem DA) e realizado por investigadores do estigação e Inter- CTE. O trabalho – esultados foram di- rnal de Negócios de 2003 – permite o da classe, actuali- últimos dados reco- sistematizada, que

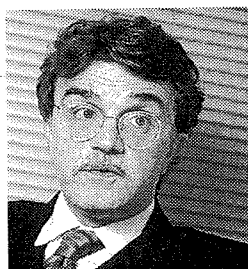
com grandes dificuldades, nomeadamente no interior do País onde se verificam graves disparidades", acrescenta João Seivas.

Sexo e formação. Na análise dos rendimentos salariais segundo o sexo dos inquiridos, o estudo revela também diferenças significativas. A maioria (59,3%) das mulheres que exerce actualmente advocacia ganha menos de 1.000 euros por mês, enquanto 54% dos homens declara receber uma remuneração mensal superior a 2.000 euros. Subindo de escalão, apenas 3,1% do universo feminino afirma ganhar mais de 5.000 euros mensais, uma remuneração auferida por 13,7% – o quádruplo – no caso dos advogados do sexo masculino.

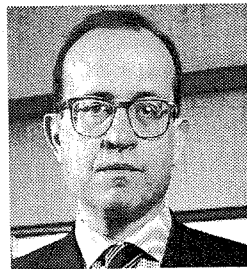
Quando ao estabelecimento de ensino superior onde foi feita a licenciatura, e tendo em conta os inquiridos com idades até 35 anos, o relatório revela que 69,1% dos juristas que se formaram em universidades privadas ganham até 1.000 euros/mês, remuneração auferida também por 50,4% dos advogados licenciados pelo ensino público.

Jornal de Negócios apoia iniciativa do ICAP

II Jornadas de Direito e ética na publicidade



Alberto da Ponte,
presidente do ICAP



João Loureiro, presidente
da central Mega Meios



Pedro Rebelo de Sousa,
sócio da Simmons & Sim.

DEBATER O ENQUADRAMENTO jurídico aplicável à actividade publicitária, nomeadamente no que respeita às relações contratuais entre anunciantes e agências de publicidade, é o grande objectivo das "II Jornadas de Direito e Ética da Publicidade". O evento, que se realiza no dia 31 de Março, em Lisboa, é organizado pelo ICAP – Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade, e conta com o apoio da Simmons & Simmons Rebelo de Sousa e do Jornal de Negócios.

Segundo Alberto da Ponte, o CEO da Centralcer e que preside ao ICAP, pretende-se que a segunda edição destas jornadas temáticas possa constituir, um "forum de reunião e debate com objectivos de actualização e valorização profissional de juristas, gestores e outros quadros actuantes na área empresarial da publicidade e da comunicação".

A obra publicitária e o direito de autor, a protecção da marca no domínio da Internet, as questões da publicidade à alimentação e saúde dirigida a menores e a protecção dos direitos da marca UEFA Euro'2004 serão alguns dos painéis de interven-

ção e debate.

A prestação de serviços de auditoria jurídico-publicitária, prática ainda pouco comum em Portugal, será também um dos temas a debater. Segundo João Loureiro, presidente da Mega Meios, consultor externo da Simmons & Simmons e coordenador das jornadas, este exercício afigura-se cada vez mais pertinente, na medida em que permite prevenir potenciais fontes de conflito no âmbito das relações entre anunciantes e agências. "A Economia e as empresas vivem em tempos em que o rigor e a transparência são palavras-chave. O papel dos auditores ganhou peso. Então, por que não um serviço de auditoria jurídico-publicitária que promova a observância de critérios legais, éticos e deontológicos?", questiona João Loureiro.

Quanto ao leque de oradores, destacam-se nomes como Pedro Rebelo de Sousa, managing partner da Simmons & Simmons Rebelo de Sousa, Mário Beja Santos, assessor principal do Instituto do Consumidor, e Paulo Lourenço, administrador executivo da Sociedade Euro'2004 SA.

Campus

good to know you

O Pedro anseia por desenvolver as suas capacidades a nível pro-

fi
e
u

PESSOAS

Quente: Sexta-feira, um «acontecimento» fez parar os comensais (entre eles Octávio Castelo Paulo, sócio do advogado Pedro Rebelo de Sousa, João Eusébio, administrador do Grupo Sumol/Pepsi, e o advogado Carlos



Pinto Elvas, entre muitos outros) da esplanada de um restaurante nas Docas, em Lisboa. Era Marisa Cruz em trajes super-desportivos. Convenhamos que, mesmo num dia de altas temperaturas a marcar um início de Verão que se prevê quente, as Docas eram o local certo no momento certo...